Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br e
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

SEGURANÇA PÚBLICA

Crimes envolvendo CACs sobem 78% no DF

Levantamento da Polícia Civil mostra crescimento de delitos praticados por colecionadores, atiradores desportivos e caçadores desde 2019. Especialistas citam afrouxamento das regras no governo Bolsonaro como uma das causas

» PEDRO MARRA
» ARTHUR DE SOUZA

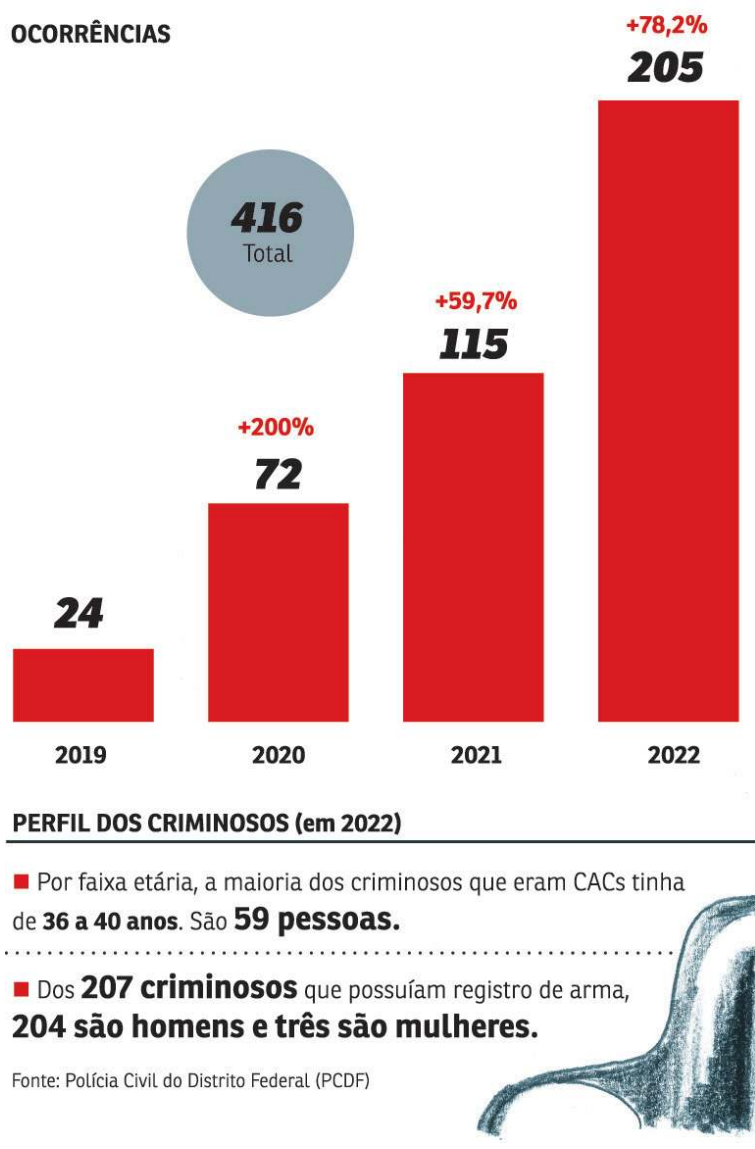
O certificado para Colecionadores, Atiradores desportivos e Caçadores (CACs) virou uma complicação para a segurança pública do Distrito Federal. Dados da Polícia Civil (PCDF), obtidos com exclusividade pelo **Correio**, mostram que os crimes praticados por pessoas com autorização para uso de arma de fogo aumentaram 78,2% no intervalo de um ano. De 2021 para 2022, as ocorrências subiram de 115 para 205 na capital do país, que vão desde o comércio ilegal de arma de fogo, tentativa de homicídio, prática de terrorismo a feminicídio (**confira memória**). Especialistas da área afirmam que os números se devem à facilitação gerada nas normas estabelecidas durante o governo Bolsonaro na regulamentação do acesso às armas no Brasil.

Professora de processo penal do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Marília Fontenele acredita que os dados demonstram claramente um afrouxamento das regras para conseguir o certificado, o que tem feito com que essas pessoas estejam usando as armas para outros propósitos. A maioria dos acusados em 2022 — 59 pessoas — têm de 36 a 40 anos, faixa etária que traça um poder socioeconômico dos infratores, que precisam pagar R$ 100 para obter o documento. "Demonstra um perfil socioeconômico bem específico no cometimento desse tipo de crime", contextualiza a especialista.

Em nota, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) informou que o registro nas atividades de CAC que estava sendo realizado pelo Exército Brasileiro, tinham os seguintes pré-requisitos previstos para a obtenção do documento: necessidade de comprovação de capacidade técnica para manuseio e de laudo de aptidão psicológica fornecido por psicólogo credenciado; além da declaração de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal. Novos registros estão suspensos pelo Decreto 11.366 de 1º de janeiro de 2023.

Balanço da Polícia Civil

Confira abaixo o aumento nas ocorrências criminais, de 2019 a 2022, no Distrito Federal, envolvendo colecionadores, atiradores desportivos e caçadores



PERFIL DOS CRIMINOSOS (em 2022)

- Por faixa etária, a maioria dos criminosos que eram CACs tinha de **36 a 40 anos**. São **59 pessoas.**
- Dos **207 criminosos** que possuíam registro de arma, **204 são homens e três são mulheres.**

Fonte: Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF)



Pixabay/Reprodução

O porte de armas será mais difícil com novas medidas adotadas pelo governo federal

Grupo de trabalho

Para o ministério, os números reforçam a importância das medidas adotadas pelo governo federal desde 1º de janeiro deste ano, para reverter o descontrole no uso de armas e fortalecer uma regulação responsável também de munições no país.

O decreto suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares. Além disso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reduziu os limites para compra de armas e munição de uso permitido, suspendeu novos registros de clubes e escolas de tiro e a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores. Ao **Correio**, o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli, comentou sobre as ações. "O decreto editado pelo presidente Lula revoga boa parte daquele absurdo, que foi a proliferação indiscriminada da compra de armas e registro de CACs", lembra.

A meta do governo é criar um grupo de trabalho com o objetivo de propor uma nova regulamentação para o Estatuto do Desarmamento, de 2003. O texto prevê que todas as armas compradas desde 7 maio de 2019 sejam recadastradas pelos proprietários no Sistema Nacional de Armas (Sinarm), em até 60 dias, ainda que registradas em outros sistemas. Michele dos Ramos, representante do ministério no Grupo de Trabalho de Armas da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), afirma que o país teve um governo, nos últimos quatro anos, que se posicionou na defesa do armamento da população. "O resultado desse incentivo se deu em medidas que facilitaram o acesso, fazendo com que a gente chegue em 2023 com um país muito mais armado e com dificuldade no enfrentamento à violência armada, que é um flagelo para a sociedade brasileira", analisa.

Para ela, os números da Polícia Civil — indicando aumento dos crimes praticados por CACs no DF — traduzem a combinação de medidas que facilitaram o acesso ao registro e que vão na contramão dos riscos desses armamentos. "O aumento da circulação dessas armas é um desafio para os próprios profissionais de segurança pública, porque a abordagem de um indivíduo armado oferece mais riscos, além de que a liberação alimenta o mercado ilegal, com armas desviadas. Também tivemos aumento da violência contra a mulher no Brasil, e a presença de uma arma em casa é um fator de risco na violência doméstica", ressalta Michele.

Segundo a PCDF, o número de crimes envolvendo CACs subiu 200% de 2019 para 2020, quando as ocorrências subiram de 24 para 72, respectivamente. Ricardo Cappelli alerta para o salto na quantidade desse público armado no Brasil nos últimos quatro anos. "Em 2019, tínhamos 117 mil (pessoas com certificado). No ano passado, esse número chegou a mais de 800 mil. Tínhamos também, por exemplo, licenças para que clubes de tiro funcionassem 24 horas, fazendo com que a pessoa pudesse andar armada a qualquer momento, pois teria a desculpa de que estaria indo para um deles", destaca.

Procurado pela reportagem, o Exército ressalta que, "em relação aos dados de ocorrências levantados (pela Polícia Civil), não cabe à instituição analisar tais casos. O Exército Brasileiro cumpre o que está previsto em Normas do Ordenamento Jurídico vigente", explica a nota.

Memória

Divulgação PCDF



17 de fevereiro de 2022 — Um trio foi preso, em Planaltina de Goiás, acusado de comprar armas de grosso calibre e revendê-las para criminosos do DF e do Entorno. Segundo as investigações da Polícia Civil do DF, eles utilizavam registro de CAC emitido pelo Exército para comprar o armamento e fornecer a organizações criminosas.

PMDF/Divulgação



4 de outubro de 2022 — Um jovem de 23 anos utilizou a arma do pai, que era CAC, para atirar contra policiais militares durante a madrugada, na Quadra 28 do Paranoá. Um dos disparos efetuados atingiu um soldado do 20º Batalhão da Polícia Militar no ombro. Ele foi socorrido e encaminhado ao Hospital Regional do Paranoá (HRPa). Posteriormente, o militar foi encaminhado a um hospital particular em condição estável. O pai e o filho foram conduzidos à 6ª DP (Paranoá), onde o jovem foi autuado por tentativa de homicídio.

PCDF/Divulgação



25 de dezembro de 2022 — Em depoimento à Polícia Civil, o empresário bolsonarista George Washington de Oliveira Sousa, 54, preso acusado de planejar um atentado a bomba no Aeroporto de Brasília, confessou que pretendia distribuir armas e munições para os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro que estavam acampados em frente ao Quartel-General do Exército. Na época, o Correio apurou que ele adquiriu o registro de CAC em outubro de 2021 e, desde então, montou um arsenal. Em depoimento na delegacia, George Washington de Oliveira alegou que pagou mais de R$ 170 mil na compra de armas e munições.

Arquivo pessoal



4 de fevereiro de 2023 — Paulo Roberto Moreira Soares, 38, que matou a ex-mulher, Izabel Guimarães, 36, com um tiro na cabeça, em Ceilândia, era aluno de um curso de tiro e tinha registro de caçador, atirador e colecionador (CAC). O crime ocorreu na casa onde Izabel mora com a filha. O casal tem uma filha pequena e estava em processo de separação.